



**PREFEITURA DE
CAMPO LARGO**

Ofício PGM/C n.º 47/2018

Campo Largo, 14 de agosto de 2018.

SENHOR PRESIDENTE,

Vimos, pelo presente, encaminhar a esta Casa, para que sejam apreciados, os inclusos Projetos de Lei n.º 38/2018, n.º 39/2018, n.º 40/2018, n.º 41/2018, n.º 42/2018, n.º 43/2018, n.º 44/2018, n.º 45/2018, n.º 46/2018, n.º 47/2018, 48/2018, que contêm as Minutas de Lei do Novo Plano Diretor de Campo Largo. Os documentos foram analisados e revisados pela equipe técnica municipal, sendo observadas as disposições da Lei Federal n.º 10.257/2001 – Estatuto da Cidade e da Lei Estadual n.º 15.229/2006, dentre demais disposições legais.

Em 2001, treze anos após a promulgação da Constituição Federal, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257/2001, que reafirma que o Plano Diretor é o instrumento legal orientador da política de desenvolvimento e expansão urbana, tendo como princípio garantir a função social da propriedade, assegurando a todos os cidadãos o acesso à terra urbanizada e regularizada e reconhecendo o direito à moradia e aos serviços urbanos. Estão estabelecidos no Estatuto os instrumentos capazes de assegurar estes princípios uma vez regulamentados pela legislação do Plano Diretor Municipal.



**PREFEITURA DE
CAMPO LARGO**

A grande mudança e, ao mesmo tempo, o grande desafio que o Estatuto da Cidade e a Resolução nº 25 do Conselho das Cidades trazem é a obrigatoriedade da participação pública na elaboração e implantação dos planos ensejando a possibilidade de apropriação do Plano Diretor pela comunidade (Plano Diretor Participativo). Observando-se essa exigência legal da forma mais ampla, foram realizadas ao longo do processo de revisão do Plano cinco audiências públicas, em novembro de 2015, maio e julho de 2016, novembro de 2017 e maio de 2018; bem como diversas reuniões e deliberações no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (CONDUMA), tudo conforme documentos anexos.

Além disso, cabe considerar que o Município de Campo Largo está inserido na Região Metropolitana de Curitiba - RMC, conformando com os 15 municípios do Núcleo Urbano Central – NUC uma estreita relação urbana, social, econômica e ambiental. Deste modo, a avaliação e revisão do plano diretor considerou não apenas os limites do território municipal, mas todo o espaço metropolitano e suas relações de influência na rede de cidades polarizadas pela RMC.

Territorialmente, o Plano Diretor de Campo Largo abrange a totalidade do município, contemplando, assim, as relações e a integração entre área rural e área urbana. Temas relevantes são: as relações campo-cidade, a prestação de serviços e localização de equipamentos públicos na área rural, as vilas/núcleos rurais, o macrozoneamento municipal, a mobilidade rural, a localização de atividades produtivas, a proteção ambiental, dentre outras.



PREFEITURA DE CAMPO LARGO

Do ponto de vista do horizonte temporal, o §3º do artigo 40 do Estatuto da Cidade, estabelece que o plano diretor tenha vigência por no máximo 10 (dez) anos, sendo que as diretrizes e estratégias propostas devem observar este limite. Porém, ressalva-se que a vida econômica e os impactos de determinadas obras e proposições urbanísticas ultrapassam em muito este horizonte, como a reurbanização da área lindeira ao trecho desativado da BR 277 e a política de localização industrial.

A revisão do Plano Diretor de Campo Largo, realizado em quatro etapas, ocorreu de outubro de 2015 a novembro de 2016 e contou, como acima referido, com a participação da população em geral, conselheiros, vereadores e técnicos da Prefeitura de Campo Largo, envolvidos em Oficinas Técnicas e Comunitárias, reuniões e Audiências Públicas. As etapas de revisão do Plano Diretor de Campo Largo abrangeram as seguintes atividades e produtos:

- Mobilização – foram realizados o cronograma físico de trabalhos, avaliação do Plano Diretor vigente, proposição de métodos de trabalho e avaliação da capacidade de gestão urbana.
- Avaliação Temática Integrada – segmentada em três produtos que buscaram avaliar a inserção regional de Campo Largo, as áreas aptas e inaptas para o uso e ocupação, funcionamento dos conselhos municipais, bem como as condições atuais do uso e ocupação do solo, infraestrutura, equipamentos, serviços e mobilidade, além da capacidade de suporte para o uso do solo atual e para a expansão projetada, e a capacidade de investimento do Município.



PREFEITURA DE CAMPO LARGO

- Diretrizes e Proposições – apresenta as diretrizes e proposições da revisão do Plano Diretor de Campo Largo 2016, incluindo a minuta de Lei do Plano, que aponta os princípios, os objetivos e os instrumentos jurídicos e urbanísticos que orientarão as políticas urbanas municipais e conduzirão ao desenvolvimento territorial integrado.
- Legislação e Plano de Ação – abrange, entre outros, a elaboração das minutas de lei do Plano Diretor de Campo Largo, incluindo: Zoneamento de Uso e Ocupação Do Solo; Sistema Viário Municipal; Perímetro Urbano; Código de Obras e Edificações; Parcelamento do Solo; Condomínios e Edificações; Estudo de Impacto de Vizinhaça; Transferência do Direito de Construir; Outorga Onerosa do Direito de Construir; e Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Paisagístico.

Como resultado dos trabalhos que se desenvolveram de forma democrática e participativa ao longo dos últimos anos, surge o Plano Diretor que ora se submete à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, composto pelas minutas das seguintes leis:

- Plano Diretor, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Largo propriamente dito e dá outras providências;
- Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo nos perímetros urbanos do Município de Campo Largo;

**PREFEITURA DE
CAMPO LARGO**

- Perímetros Urbanos, que estabelece os Perímetros Urbanos da Sede Urbana e Bateias no Município de Campo Largo;
- Código de Obras e Edificações, que define o Código de Obras e Edificações das ações de iniciativa privada e pública sobre a morfologia da cidade;
- Parcelamento do Solo, que dispõe sobre o parcelamento do solo, o remembramento e o desmembramento;
- Condomínios e Edificações, que estabelece normas para projeto de residências e condomínios horizontais e verticais de Campo Largo;
- Estudo de Impacto de Vizinhança, que estabelece as situações e procedimentos para a elaboração de Estudos de Impacto de Vizinhança;
- Transferência do Direito de Construir, que estabelece as condições e procedimentos para a Transferência do Direito de Construir;
- Outorga Onerosa do Direito de Construir, que estabelece as condições e procedimentos para a Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Paisagístico, que dispõe sobre a preservação do Patrimônio Cultural de Campo Largo, regulamentando o processo de tombamento e outras disposições;
- Sistema Viário Municipal, que altera a Lei nº 1813/2005, que dispõe sobre o arruamento, hierarquização e traçado básico do Sistema Viário Municipal, inclui os novos conceitos e parâmetros definidos através do processo de revisão do Plano Diretor de Campo Largo.



Assim, os presentes Projetos de Lei se revestem da mais elevada importância, pois buscam melhor adequar o Município de Campo Largo à legislação federal e estadual vigente. Anexos aos Projetos de Lei nº 38/2018, nº 39/2018, nº 40/2018 e nº 48/2018, seguem em mídia digital os mapas: de macrozoneamento municipal, de zoneamento, do perímetro urbano – (sede urbana), do perímetro urbano de Bateias, do sistema viário municipal, do sistema viário urbano e do sistema viário metropolitano.

Na certeza de que podemos contar com o seu apoio e dos demais pares, para que sejam aprovados os presentes projetos de lei, ante as razões supra, aproveitamos a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Marcelo Puppi

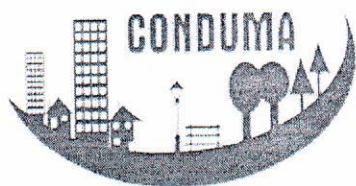
Prefeito Municipal

Exmo.

Sr. Bento Vidal

Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo

Nesta



Conselho Municipal de
Desenvolvimento Urbano e
Meio Ambiente

REF. – Ata de Reunião Extraordinária de 17/11/2017

Ao décimo sétimo dia do mês de novembro de 2017, às quatorze horas (14h00min), reuniram-se na **Sala de Assessoramento, Bloco 17 da Prefeitura Municipal de Campo Largo** os membros do CONDUMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. A reunião teve início com a fala do Presidente, Sr. Eduardo Fernandes, atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SMDUMA, o qual saudou e informou a todos que a pauta da reunião seria, além da análise dos processos, a devolutiva com relação as considerações da Revisão do Plano Diretor – PD, discutido na última reunião datada de 09/11/17 e informações referente ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA. Quanto ao andamento do PD, elencou novamente sua importância e lembrou que o trâmite a seguir, após finalizadas as discussões será a audiência pública, a se realizar em 21/11/17 no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Campo Largo, e posteriormente votação na Câmara de Vereadores. Quanto ao Fundo explicou que o valor lá arrecadado é proveniente de taxas ambientais e Autos de Infração Ambiental e que tal recurso deve ser investido na própria SMDUMA, com equipamentos e ações que elevem sua eficácia ambiental (fiscalização e educação). Informou ainda que a utilização do Fundo deve sempre ser informada ao CONDUMA. Após as explicações, sugeriu que a pauta fosse invertida sendo os processos analisados por primeiro, o que foi acatado pelos Conselheiros. Seguiu-se então a análise dos Processos, onde a Sra. Gabrielle Aymeê, Técnica Ambiental e a Sra. Evelise Bianco, Engenheira Civil ambas da SMDUMA, fizeram a apresentação e leitura dos pareceres: **Processo 24457/2017 – Alessandro de Andrade e Silva ME** – Solicitação de Alvará de Localização para atividades de Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis Serviços combinados de escritório e apoio administrativo, em imóvel localizado à Rua Xavier da Silva, nº 681, Centro. ZC – Zona Central. Deliberado pelo **DEFERIMENTO**, desde que atendidas as recomendações e condicionantes exigidas nos pareceres do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Processo 25707/2017 – Vitória Binhara da Silva** – Solicitação de Subdivisão em área localizada no Bairro Balbino Cunha em coordenadas geográficas aproximadas SAD 69 22J UTM 0642611 L, 7179059 N. Deliberado pelo **DEFERIMENTO**, desde que atendidas as recomendações e condicionantes exigidas nos pareceres do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Processo 19751/2017 – Calacans Ind. E Com. De Alimentos** – Solicitação de Alvará de Localização para atividades de Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; Restaurante e similares; Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, e; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns, em imóvel localizado à Estrada Ouro Fino, Bateias. ZR – Zona Rural. Deliberado pelo

1-5



DEFERIMENTO, desde que atendidas as recomendações e condicionantes exigidas nos pareceres do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Processo 26248/2017 – Modelarte Ferramentaria Ltda.** – Solicitação de Alvará de Localização para atividades de Fabricação de ferramentas; Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente; Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta, e; Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente, em imóvel localizado à Avenida Dirço Ribas, nº 6311, Bairro Águas Claras. ZES – Zona Especial de Serviço. Deliberado pelo **DEFERIMENTO**, desde que atendidas as recomendações e condicionantes exigidas nos pareceres do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Processo 26651/2017 – Luiz Henrique Leite** – Solicitação de Alvará de Localização para atividades de Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares; Comércio varejista de bebidas; Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas; Lanchonetes, casas de chá, de suco e similares, e; Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente, em imóvel localizado à Estrada do Cerne, Km 34, Bateias. ZR – Zona Rural. **RETIRADO DE PAUTA** pois a atividade é proibida para a região. Recomenda-se que o requerente aguarde a revisão do PD e entre com novo pedido junto à SMDUMA. **Processo 26942/2017 – José Ferreira de Freitas** – Solicitação de Alvará de Localização para atividades de Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, e; Comércio varejista de bebidas, em imóvel localizado à Rua Benjamim Gedião Ferreira, Bairro Jardim Bela Vista. ZES 1 – Zona Especial de Serviço 1. Deliberado pelo **INDEFERIMENTO**. Recomenda-se ao requerente alterar a aprovação do condomínio de residencial para residencial e comercial para que a atividade seja regularizada. **Processo 27213/2017 – Tatiane Cezanoski Travensolli** – Solicitação de Alvará de Localização para atividades de Comércio varejista de medicamentos veterinários; Comércio varejista de artigos de viagem; Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; Comércio varejista de calçados; Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação; Comércio varejista de ferragens e ferramentas, e; Comércio varejista de plantas e flores naturais, em imóvel localizado à Estrada do Cerne, Km 36, Bateias. ZR – Zona Rural. **RETIRADO DE PAUTA** pois a atividade é proibida para a região. Recomenda-se que o requerente aguarde a revisão do PD e entre com novo pedido junto à SMDUMA. **Processo 27854/2017 – Nilton Cezar de Oliveira** – Solicitação de Alvará de Localização para atividades de Reparação de artigos do mobiliário, e; Fabricação de artefatos de tapeçaria, em imóvel localizado à Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 3440, Bairro Ouro Verde. ZES 1 – Zona Especial de Serviço 1. Deliberado pelo **DEFERIMENTO**, desde que atendidas as recomendações e condicionantes exigidas nos pareceres do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Processo 18791/2017 – Eubedi Dezentnik da Silva Imóveis ME** – Solicitação de Alvará de Localização para atividades de Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis, corretagem no



*Conselho Municipal de
Desenvolvimento Urbano e
Meio Ambiente*

aluguel de imóveis e compra e venda de imóveis próprios, em imóvel localizado à Rua Monsenhor Aloisio Domanski, nº 136, sala 05, Centro. ZC – Zona Central. Deliberado pelo **DEFERIMENTO**, desde que atendidas as recomendações e condicionantes exigidas nos pareceres do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Finalizada a análise dos processos, o Sr. Eduardo informou que atualmente o FMMA possui R\$ 239,885,49. Também disse que o Sr. Marcelo Puppi, atual Prefeito de Campo Largo, solicitou aos Secretários municipais a economia de aproximadamente 30% dos gastos anuais para que as contas da Prefeitura fossem colocadas em ordem. Porém, informou o Sr. Eduardo de que os veículos e equipamentos como câmera fotográfica e GPS utilizados pela equipe de fiscalização e licenciamento ambiental encontram-se em condições precárias e com alto custo de manutenção, sendo assim, informa que serão utilizados recursos provenientes do FMMA para aquisição de novo veículo e equipamentos. O Sr Luiz Carlos Reis representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo – AEACL sugeriu que não seja investido em patrimônio e sim em serviços, a exemplo de São Paulo que utiliza táxi e uber para locomoção. No caso de Campo Largo, sugeriu que seja realizada a locação de veículos. O Sr. Eduardo disse que a terceirização da frota também é a visão do Prefeito. O Sr. Hugo Ruthes, representante do Sindicato Rural de Campo Largo corrobora com a sugestão do Sr. Reis. Ao contínuo o Sr. Eduardo aproveitou a oportunidade para lembrar a todos que a confraternização do CONDUMA será realizada no dia 29/11/17, às 17h00na Associação Amigos do Itaqui. O evento servirá também para que os Conselheiros reflitam qual o papel do CONDUMA para o próximo ano. Os demais Conselheiros serão avisados por e-mail e o Sr. Eduardo pede para que seja confirmada a presença para que possa ser providenciada a comida a qual será custeada por todos. Em seguida passou a palavra para a Sra. Mirela Jacomasso Medeiros, Analista Ambiental da SMDUMA, para que sejam informados quais itens do PD foram alterados desde a última reunião. A Sra. Mirela saudou a todos e iniciou sua fala informando que foram alterados os Conselhos que fazer parte do PD, pois entende-se que cada um deverá ficar vinculado a sua política pública, sendo assim foi retirado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMUDE e não foi acatada a sugestão do Sr. Ruthes que na reunião anterior sugeriu que fosse incluso o Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável, ficando apenas o CONDUMA e o Conselho das Cidades – CONCIDADES. O Sr. Eduardo lembrou a todos que dentro do CONCIDADES outros conselhos já se fazem presentes. Na sequência a Sra. Mirela informou que foi alterada também a Lei de Condomínios com relação a sua densidade onde, condomínios verticais que tenham mais de um bloco possuam 60 habitantes por hectare. Os Conselheiros entenderam que este seria um valor muito baixo. Após vários comentários o Sr Eduardo disse que aproximadamente 70% das vias da cidade tem caixa estreita, o que causa um problema de mobilidade. Deu também como exemplo o condomínio Village que pretende se instalar no município principalmente através de verbas federais e estaduais, onde famílias poderão ser realocadas, o que

3-5



causa impacto na utilização de equipamentos públicos. O que pode-se solicitar desse tipo de empreendimento é contrapartida para que construa e mantenha tais equipamentos por 2 (dois) ou 3 (três) anos. O Sr. Reis gostaria de lembrar que as pessoas que ocuparão o empreendimento pagarão impostos e consumirão no município, e que seria muito ainda assim solicitar ao empreendimento tal contrapartida. O Sr. Eduardo entende porém argumenta que mesmo assim serão necessários novos equipamentos no entorno do empreendimento para atendimento a este público. O Sr. Reis diz que deve-se realizar um estudo de cada caso e se necessário flexibilizada esta contrapartida. O Sr. Eduardo diz que haverá apresentação obrigatória de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, cujo Termo de Referência está em elaboração na SMDUMA, para todos os empreendimentos de grande porte. O Sr. Matheus Pregolato Sant Ana, Engenheiro Civil da SMDUMA questiona até onde se quer este tipo de empreendimento no município. O Sr. Reis argumenta que não somos nós que devemos decidir quanto a isso e o Sr. Eduardo argumenta que em caso de política pública somos nós sim quem devemos decidir e ainda que deve-se tomar cuidado na formação do público destes empreendimentos para que os mesmos não se tornem “guetos”, pois no caso das famílias realocadas, estas estão acostumadas a outro tipo de moradia e colocá-los em condomínios verticais não é a melhor opção do ponto de vista social. O Sr. Heitor Otávio de Jesus Lopes, representante da OAB Campo Largo disse que não podemos proibir tudo pois isso engessaria qualquer processo e se permitir tudo isso “acabaria com o município”, portanto deve-se ter bom senso nessas questões. O Sr. Matheus sugere que sejam discutidos valor de densidade e parâmetros diferenciados à critério do CONDUMA, desde que apresentado EIV. O Sr. Reis continua a acreditar que 60 habitantes por hectare é pouco. O Sr. Matheus disse que em discussão na SMDUMA foi sugerido também o número de 80 hab./hec., o que foi melhor aceito pelos Conselheiros com possibilidade ainda de ser aumentado à critério do CONDUMA. Ato contínuo a Sra. Mirela informou que no Setor de Proteção do Manancial Subterrâneo – SEPROMS seus usos permissíveis foram compatibilizados com os usos da Zona Residencial 3 – ZR 3, conforme sugerido pelo Sr. Bruno Boaron da AEACL. O Sr. Gustavo José Bonato, Engenheiro Ambiental da SMDUMA, sugeriu que para os usos permissíveis seja obrigatória a interligação dos efluentes gerados à rede coletora da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar. Foi apresentado pela Sra. Mirela também que os condomínios de grande porte com Área de Preservação Permanente – APP maior ou igual a 40%, poderiam ter densidade de 40 habitantes por hectare. No entanto, para este tipo de condomínio já é obrigatório APP de 40%, sendo sugerido pela Sra. Evelise que o mesmo seja aumentado para 60% ou mais a fim de flexibilizar o parâmetro densidade. Posteriormente foi informado que o Sr. Matheus fez análise dos coeficientes básicos e máximos. O Sr. Bruno volta a sugerir que deve-se manter os valores usados atualmente. O Sr. Eduardo comenta que a principal preocupação da prefeitura é com relação ao adensamento. A Sra. Mirela informou que em estudo realizado pela



Conselho Municipal de
Desenvolvimento Urbano e
Meio Ambiente

empresa Vertrag Planejamentos Ltda., a mesma constatou que a verticalização em determinadas zonas da cidade acarretaria em custos muito altos para a prefeitura. O Sr. Bruno sugeriu que o coeficiente básico seja mantido e que o máximo seja regulado pelos demais parâmetros de cada zoneamento. Disse ainda que a audiência pública, agendada para a data de 21/11/17 foi marcada sem as devidas discussões sobre as alterações necessárias no PD e sugeriu que a mesma fosse adiada. A Sra. Mirela disse que sempre haverá divergências entre o a visão pública e privada com relação ao município. O Sr. Eduardo então sugeriu que fossem votadas entre 3 (três) opções quanto ao andamento da revisão do PD: 1) que se pare o processo de revisão e que o mesmo seja visto com mais calma; 2) alguns pontos sejam vistos após a realização da audiência, principalmente a questão do zoneamento, ou; 3) levar para a audiência o plano da maneira em que se encontra e abrir novas discussões após a aprovação do mesmo, desde que se chegue a um consenso. Após inúmeras discussões a respeito dos valores dos coeficientes básicos e máximos, principalmente na Zona Central – ZC onde não houve consenso sobre seus valores o Sr. Reis pediu vistas à revisão do PD com o intuito de que a audiência pública devesse ser adiada. Foi informado pela Sra. Mirela que tal pedido não causaria o adiamento da audiência, já que o CONDUMA estaria apenas realizando discussões com relação ao PD e não aprovando o documento. O Sr. Reis pediu então orientação ao Sr. Heitor quanto a real procedência neste caso. O Sr. Heitor informou que o CONDUMA não teria, nestas condições, poder para barrar a audiência, e que para isso se deveria entrar com uma ação/liminar. A Sra. Mirela informou que, quando se iniciou as discussões para revisão do PD, a proposta era de que o mesmo fosse aprovado em partes e que isso ainda poderia ser feito. O Sr. Eduardo reforçou que o PD não se encerra em sua aprovação e gostaria que ficasse registrado em ata que as questões quanto ao zoneamento seriam discutidas após a sua aprovação. O Sr. Reis disse concordar com a aprovação do PD contanto que se deixasse para depois as discussões referente ao zoneamento. O Sr. Gustavo argumentou dizendo que estaríamos apenas adiando o inevitável, no caso a falta de consenso entre poder público e privado. O Sr. Eduardo disse que o PD seguiria para audiência pública, no entanto em relação ao coeficiente de aproveitamento da ZC não houve consenso entre os Conselheiros. Finalizadas as discussões e não havendo nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada com agradecimento à presença de todos.

5-5

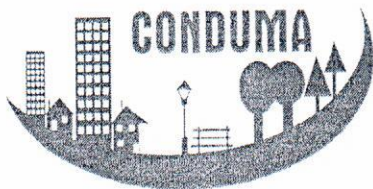


**Conselho Municipal de
Desenvolvimento
Urbano
e Meio Ambiente**

Lista de Presença Reunião Extraordinária do CONDUMA

17/11/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO - PLANEJAMENTO URBANO	
Evelise Bianco Surgik	
Sérgio Luiz Schmidt	
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO - CONTROLE E PROJETOS URBANOS	
Eduardo Cogo Fernandes	
Matheus Pregnotato Sant Ana	
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
<i>NÃO PODE COMPARTILHAR</i> Humberto Baroni Filho	<i>Ariz Hsipa</i>
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
Mirela Jacomasso Medeiros	<i>Macomasso</i>
Gustavo José Bonato	
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Bruno Oliveira de Souza Kryminice	
Allan Camargo Pudliki	
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS	
Luiz Cesar de Almeida	
Juscelino Lopes da Silva	
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL	
Celso Vedam	
Amanda de Jesus Hervis	<i>Amanda Hervis</i>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Virgínia Prado Schiavon Ramos	
Ana Paula Cruzara	



Conselho Municipal de
Desenvolvimento
Urbano
e Meio Ambiente

23
00043

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	
Renato Luiz Bulow	
ACICLA	
Clair Jesus Coelho de Souza	
João Fernando dos Santos	
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE CAMPO LARGO	
Luiz Carlos Reis	
Eliseu Rodrigues Paes	
COCEL	
Nelson Chagas	
Marcos Antônio de Moura Leite	
ONG - MEACAM	
Rodolpho Humberto Ramina	
Luciano Moraes e Silva	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
Filipe Pinho de Oliveira	
Alessandra Aparecida Berton Rodrigues	
SANEPAR	
Edson Luiz Peretti	
João Maria Geraldo Bressan	
SINDICATO RURAL DE CAMPO LARGO	
Hugo Ruthes	
Willian Karachenski	
OAB	
Heitor Otavio de Jesus Lopes	
Ivo Cezário Gobatto de Carvalho	



Conselho Municipal de
Desenvolvimento
Urbano
e Meio Ambiente

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPO LARGO	
Leandro Aguiar	
Alexandre C. Filho	
CÂMARA DE VEREADORES	
Airton Roberto Vaz da Silva	
Anderson Sant Ana	
MINISTÉRIO PÚBLICO	
Hugo Evo Magro Corrêa Urbano	
Diego Fernandes Dourado	

Demais Participantes:

BRAUNO H. BOAZON
MARCUS V. BURKOWSKI
GABRIELLE AYMÉE

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Ata da 4ª Audiência Pública de revisão do Plano Diretor de Campo Largo

Aos 21 dias do mês de Novembro de 2017, às 14 horas, no Auditório do Centro Administrativo Municipal, no Bloco 11 da sede da Prefeitura Municipal de Campo Largo, situada na Avenida Padre Natal Pigatto nº925, Centro, realizou-se a 4ª Audiência Pública para debate e sugestões para revisão do Plano Diretor de Campo Largo para os próximos 10 anos. Esta é a fase final de revisão do Plano Diretor, que já contou com outras 3 audiências públicas realizadas em novembro/2015, maio e julho/2016, durante as fases de diagnóstico e análise temática integrada. A fase final corresponde às minutas de legislação e plano de ação, as quais após a aprovação em audiência pública, serão encaminhados para aprovação da Câmara Municipal, e passarão a vigorar como leis na cidade. De acordo com a Lei Federal nº10.257/2001 (Estatuto das Cidades) o Plano Diretor é obrigatório na maioria dos municípios brasileiros, especialmente nos que possuem mais de 20 mil habitantes. O Plano trata das diretrizes de desenvolvimento urbano e da organização do território municipal para os próximos dez anos. Entender sua importância para a qualidade de vida de uma cidade e o papel do poder público em sua implementação é primordial. O plano diretor pode ser entendido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem a utilização do espaço urbano. É plano, porque estabelece o objetivo a ser atingido, o prazo em que estes devem ser alcançados, as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. Todo cidadão tem assegurado seu direito de participar junto à Prefeitura e à Câmara Municipal, da elaboração do Plano, que visa orientar as ações da prefeitura voltadas para o bem estar do cidadão. Em cumprimento à legislação, a Prefeitura Municipal publicou no seu site, <http://www.campolargo.pr.gov.br> o Convite para a população participar da 4ª Audiência Pública de revisão do Plano Diretor e colocou o material de consulta à disposição no site <http://planodiretor.campolargo.pr.gov.br/site/audiencias>. Participaram da Audiência Pública o Prefeito Municipal Marcelo Puppi, o Vice-prefeito Maurício Rivabem, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Eduardo Cogo Fernandes, os Vereadores Bento Vidal – Presidente da Câmara, Darci Antonio Andreassa, Elisabete Damasceno, Ailton Roberto Vaz da Silva (Betinho), Antonio Gonçalves Ferreira, João Carlos Ferreira (João da Água) e Clairton Darci Tummler (Alemão), secretários, funcionários municipais, além de lideranças representativas da comunidade, constantes da Lista de Presenças que será anexada a esta Ata. Abrindo a Audiência, o Prefeito Marcelo Puppi ressaltou a importância do Plano Diretor – lembrando do 1º Plano Diretor de Campo Largo, feito em 1978 pelo arquiteto Forte Neto, 10 anos antes da exigência legal. Citou ter participado pela manhã da inauguração da Grifols, uma das mais importantes indústrias da Espanha, cuja unidade brasileira de produção de bolsas de coleta e fracionamento de sangue, que antes eram importadas da matriz na Espanha, está investindo no Brasil, 16,3 milhões de Euros, gerando em Campo Largo, na primeira fase, 122 empregos diretos. Em seguida foi feita a leitura do Regimento Interno da 4ª Audiência Pública de revisão do Plano Diretor de Campo Largo, que tem como Presidente o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – Eduardo Cogo Fernandes. Na sequência houve a participação dos técnicos da Prefeitura, que explanaram os detalhes do trabalho de planejamento que está sendo elaborado, em mais de 10 oficinas comunitárias que mostraram as necessidades das diversas comunidades do município de Campo Largo. Foram expostos detalhes das leis contempladas no Plano Diretor, tais como a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, para as áreas de APAs (áreas de proteção ambiental), zonas de interesse logístico, área industrial e áreas residenciais, Setor de Proteção de Manancial Subterrâneo – Aquífero Karst. A lei do perímetro urbano sofreu redução significativa – as áreas das colônias agrícolas voltam a pertencer ao perímetro rural. Lei do Sistema Viário, Plano de Ação e Investimentos, Ações Estratégicas para os distritos da Sede Urbana, de Ferraria, Bateias, Três Córregos e São Silvestre. Após a exposição da Analista Ambiental Mirela Jacomasso Medeiros, fez uso da palavra o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – Eduardo Cogo Fernandes, que elogiou a participação das forças vivas da sociedade, do Legislativo, Judiciário e lideranças comunitárias na elaboração do Plano Diretor. Destacou a importância da criação da Lei de Outorga Onerosa do Direito de Construir, indicando que a compra de potencial construtivo será revertida em recursos para infraestrutura de desenvolvimento urbano, na construção e manutenção de solicitando de equipamentos públicos. O secretário elogiou também a participação de técnicos representando a Associação de Engenheiros e Arquitetos, os quais contribuíram para a definição dos parâmetros a serem



adotados. Após breve intervalo para inscrições das perguntas, pequeno café e troca de ideias entre os participantes, a Audiência foi retomada, com as exposições dos participantes, sendo dadas as devidas explicações e respostas às questões formuladas por escrito. O Presidente do Sindicato Rural, Hugo Ruthes, pediu a inclusão do Conselho de Agricultura Sustentável como órgão consultor do Plano Diretor, destacando que a área rural do município ocupa mais de 1.235 mil Km² e não dispõe de estruturas administrativas como Secretaria de Agricultura; Bruno Boaron – Presidente do COMUDE (Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico) questionou sobre os coeficientes de aproveitamento adotados, e qual seria a carência para aplicação dos novos parâmetros; Dr. Luciano Moraes e Marcelo Weber abordaram sobre a necessidade de inclusão do COMUDE na Lei do Plano Diretor; Juliano Toppel da Acicla (Associação Comercial e Industrial) perguntou como ficariam as indústrias já instaladas no município em locais onde ocorrerá mudança de zoneamento; Eloi Zanin indica que alguns pontos do Plano Diretor poderiam ainda ser melhorados; André Mocelin questionou a diferença entre o recurso da compra de potencial e um tributo municipal; Cassieli Muiniki perguntou sobre os imóveis urbanos que deixariam de ser urbanos e voltariam a ser rurais; o Vereadores Antonio Gonçalves Ferreira e Ailton Roberto Vaz da Silva questionaram sobre a redução da área industrial na região do Salgadinho, e perguntaram como ficará a situação das empresas já instaladas na área industrial que será reduzida; Afonso Sikora perguntou sobre a faixa de domínio das estradas rurais municipais que era de 10 metros e que estaria sendo ampliada para 20 metros; o advogado Dr. Pedro Teixeira, do Conselho de Segurança, pediu vistas do processo e reunião com a equipe de elaboração do Plano Diretor. Após os esclarecimentos e respostas aos questionamentos, o Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Audiência Pública, da qual foi lavrada a presente Ata à qual foi anexada a Lista de Presenças. Campo Largo, 21 de Novembro de 2017.



Lista de Presença - 21/11/2017

[illegible]



4º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR

Lista de Presença - 21/11/2017

[illegible]



4º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR

Lista de Presença - 21/11/2017



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
João Carlos	joao.carlos@... .br	...	
...	...	...	
...	...	...	
Georgina Silva	georgina.silva@... .br	Participação Cidadã	
Mário Duarte	mario.duarte@... .br	AEACL	
...	...	...	
...	...	...	
Tracye Lamy	tracye.lamy@... .br	...	
Jefferson Lima	jefferson.lima@... .br	ADCEA	
...	...	...	
...	...	...	
...	...	...	



4º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 21/11/2017



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
Jorge Enzeli	castroswl@outlook.com.br		
Josiane Dzekoh	josiane.dzekoh@h10.com.br		
CLAIR JESUS	CLAIR.DC@ig.com.br	ACIC/P	
VLADIMIR KUMIN	VLADIMIR@VAMM.TEC.BR	VAMM'S CONSTRUÇÃO	
ELIZEU R. PAES	elizeu@esq2.org.br	ASSOC. ENG. AGO.	
MARCELO C. FÉLIX	marcelo@h10.com.br	" " "	
FABIO KUMIN	11 9249-9273	ENCREAN	
Enzo P. P. P.	11 99732-2467	ACIC/P	
Enzo Oliveira	11 99732-2467	CENAP	
Enzo W. Enzeli	9909-5601	Enzeli Construtora	
Enzo W. Enzeli			
GABRIEL M. M.	0209-0101	Ordem - AGO	



4º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 21/11/2017



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
Deivid Afonso	deivid.afonso@unifesp.br	Unifesp	[Assinatura]
Marcelo Mendes	marcelo.mendes@unifesp.br	Unifesp	[Assinatura]
Stefano Luiz	93870-15		[Assinatura]
Regina Mendes	936614788	For. Bauricell	[Assinatura]
Wagner Mendes	93870-15		[Assinatura]
[Assinatura]	h-long@brtur.com.br	h-long	[Assinatura]
Alison Silva	silva.alison@unifesp.br	Unifesp	[Assinatura]
Paulo Costa	fabio6.fonseca@unifesp.br	Unifesp	[Assinatura]
Fátima Mendes	fatima.mendes@unifesp.br	Unifesp	[Assinatura]
João Costa	joao.costa@unifesp.br	Unifesp	[Assinatura]
Wagner Mendes	93870-15		[Assinatura]
Paulo Costa	91234-1027	Unifesp	[Assinatura]



PLANO DIRET
PROCESSO DE REVISÃO

[illegible]



4º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR

Lista de Presença - 21/11/2017

[illegible]

7



4º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 21/11/2017



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
Rafaela Nogueira	rafaelavieira@ig.com.br		Rafaela Nogueira
Ana Carolina	carolinecarvalho@ig.com.br	PAGE	Ana Carolina
BARBARA DE LIMA	bleidens@alphaville.com.br	ALPHAVILLE	Barbara de Lima
Kyjo Ruffa	kyjo@ig.com.br	Sindicato Rural	Kyjo Ruffa
André Stankov		S. Rural	André Stankov
Alvaro Kuriak	alvarokuriak@ig.com.br	Gr. P. de Ind. & C.	Alvaro Kuriak
MARIO GROSSI		SMDC	Mario Grossi
Guilherme Paulant	guilhermepaulant@gmail.com	União de C. de São Paulo	Guilherme Paulant
MARCELO F. MARIANO	marcelo.f.mariano@ig.com.br	SEC. ADJ. G. E. S. P. S.	Marcelo F. Mariano
FLAVIO BARSECE	flavio.barsece@gmail.com	CA. de Ind. e Comércio de São Paulo	Flavio Barsece
Adriano Leque	9.960.7897	C. M. C. L.	Adriano Leque
DARCI ANDREASSA	99.71.64.52	União de C. de São Paulo	Darci Andreassa



4º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 21/11/2017

[illegible]



4º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR

Lista de Presença - 21/11/2017



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
Adriana Costa	38816-2216	SP	[Assinatura]
Carla Magalhães	99417-6566	Associação de Moradores	[Assinatura]
Bernardo Chagas	3619.9582	Secadef Civil	[Assinatura]
Lucas Lins Spelt	36481162		
Camila Martins	9932-303	Grup. Dir. 2.º Depto.	[Assinatura]
Edson de Moraes	111-233	Grup. Dir. 2.º Depto.	[Assinatura]
Thaís	111-233	Grup. Dir. 2.º Depto.	[Assinatura]
LAUR. Azeiteiro	99735800	SIGEDADE	[Assinatura]
João de Deus	99935944	Grup. Dir. 2.º Depto.	[Assinatura]
Cláudio de Moraes	99935944	Grup. Dir. 2.º Depto.	[Assinatura]
Roberto de Moraes	99935944	Grup. Dir. 2.º Depto.	[Assinatura]
Roberto de Moraes	99935944	Grup. Dir. 2.º Depto.	[Assinatura]



4º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 21/11/2017



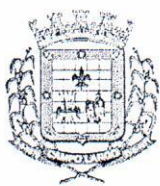
NOME	E-MAIL ou TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
OSVALDO A. ZOTTO	OSVALDO ANDRADE ZOTTO@HOTMAIL.COM	SEC. GOVERNO	
marcelo freitas	marcelo@campelargo.pr.gov.br	PMCL - SMDOMA	
Maiara Adair Vieira	maiara@campelargo.pr.gov.br	PMCL - SMDOMA	
Luiz H. FREIRE	PLANEJAMENTO@VERDAS.COM.BR	GEREN. PLANEJAMENTO	
Leandro Ribeiro	freire@verdes.com.br		
Luiz Henrique de Faria	luizhenrique@verdes.com.br	UB Campo Largo	
EDUARDO C FERREIRA	eduardosecundes@campelargo.pr.gov.br	PMCL - SMDOMA	
Elaine K. Sygita	elaine@hotmai.com		
Alfonso Jogo			
Roberto K. K. L.	rob.k.l@hotmail.com		
Roberto K. K. L.	rob.k.l@hotmail.com		



4º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 21/11/2017



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
Paula Sampaio	2291-5140	PMSP	
Paula Sampaio	2291-5140	PMSP	
Paula Sampaio	2291-5140	PMSP	
Paula Sampaio	3199-5787	PMSP	
Paula Sampaio	3252-5147	PMSP	



ATA da 5ª Audiência Pública de revisão do Plano Diretor de Campo Largo

Ao vigésimo oitavo dia do mês de maio de 2018, às dezoito horas e trinta minutos, realizou-se no Auditório da Câmara Municipal de Campo Largo a 5ª Audiência Pública para validação do processo de revisão do Plano Diretor de Campo Largo para os próximos 10 anos, onde estavam presentes Vereadores, Secretários Municipais e Técnicos da Prefeitura, Representantes de Conselhos e Associações, Empresários, sociedade civil organizada e cidadãos campolarguenses. A audiência teve início com a fala do Prefeito Municipal de Campo Largo, o qual saudou os presentes e explanou sobre o histórico e a relevância do Plano Diretor nos municípios. Explicou que as dúvidas em relação ao futuro da cidade também o preocupam, assim como as situações consolidadas que sofreram alterações nesse plano. Porém essas dúvidas são sanadas com as inúmeras reuniões com os técnicos da prefeitura. Ressaltou que isso reforça que o Plano Diretor não é político, é uma resposta da sociedade campolarguense ao futuro da cidade, onde o papel de todos é ter respeito pelo resultado de toda a discussão. Parabenizou os técnicos da Vertrag, a Equipe Técnica Municipal, e toda a sociedade que participou ativamente de todo o processo para que esse seja o melhor Plano Diretor possível para Campo Largo. Reforçou o papel da Câmara de Vereadores nesse processo de aprovação final, informando que a missão do poder executivo está sendo cumprido com sucesso. Outras autoridades foram convidadas a compor a mesa de abertura, como o presidente da Câmara Municipal, Sr. Bento Vidal, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Sr. Juares Pianesser Carvalho, Vice-presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - CONDUMA, Sr. Jean Torres, presidente do COMUDE, Sr. Bruno Boaron, Presidente da OAB, Sr. Ivo Carvalho, Presidente da ACICLA, Sr. Juliano Toppel, Presidente do SINDIMOVEC, Sr. Adriano Carlesso, Presidente da CONSEG, Sr. Pedro Teixeira. Passou a palavra ao Presidente da Câmara de Vereadores, Bento Vidal, que agradeceu a Deus pelo trabalho de todos e mencionou o papel dos vereadores nesse processo de aprovação do Plano Diretor. Realçou que tudo será realizado de forma consistente e participativa, e também agradeceu a presença de todos. A palavra foi passada ao Sr. Juliano Toppel, o qual mencionou as discussões realizadas na ACICLA com vários representantes de setores da sociedade campolarguense, as quais foram muito produtivas e fizeram com que o Plano tenha sido um consenso entre Técnicos da Prefeitura e da Sociedade. Em nome da OAB, Ivo Carvalho, agradeceu a oportunidade de debater o Plano Diretor, segundo ele,

essa foi a primeira vez que as entidades puderam realmente discutir e participar do Plano Diretor. Ressaltou que Campo Largo é a estrela da região metropolitana de Curitiba, e que por mais dificuldades, a cidade tem potenciais únicos. Com a palavra, Adriano Carlesso saudou a todos e agradeceu em nome dos trabalhadores a oportunidade de discutir o Plano Diretor, quanto sua representação no COMUDE. Acentuou que não há desenvolvimento sem debate no ambiente de trabalho. Representando os secretários municipais, o Sr. Juares Pianesser Carvalho, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, saudou a todos e comunicou a importância da presença de todos. Ressaltou que Campo Largo caminha para o desenvolvimento, e isso só se torna possível com a união e participação de toda a sociedade. Frisando o real trabalho dos Técnicos Municipais em realizar esse trabalho honroso que é a visão macro de todos os setores da sociedade. Terminou destacando o empenho em realizar o melhor e mais adequado a nossa realidade e dizendo que o importante é todos caminharem juntos. Na sequência, foi realizada a apresentação técnica das Minutas de Lei do Plano Diretor, realizada pela Sra. Mirela Jacomasso Medeiros, Analista Ambiental da Prefeitura de Campo Largo. Mirela preliminarmente informou que os interessados em realizar perguntas e sugestões ao plano deveriam realizar a inscrição na mesa de apoio na entrada do auditório. Mirela começou sua apresentação técnica relatando que o processo do Plano Diretor está na fase final, e que será discutido o pacote de 11 leis, densas e complexas. Por tal motivo só seriam apresentados os itens que foram amplamente discutidos com COMUDE, CONDUMA, ACICLA, Associação de Engenheiros e Arquitetos e OAB nessa fase final, além de principais alterações realizadas desde a última audiência, realizada em novembro/2017. Explicou brevemente as etapas do Plano Diretor desde 2015, e que o processo foi amplamente participativo. Destacou que uma das principais etapas foi a mobilização da sociedade e suas participações nas diversas reuniões e oficinas comunitárias, realizadas entre 2015 e 2016. Informou que após a Audiência Pública de 2017, todas as modificações e alterações passam por nova validação neste momento, conforme prerrogativa do Estatuto da Cidade. Os princípios definidos no Plano garantem, através dos instrumentos que estão sendo regulamentados, a política de desenvolvimento urbano municipal. O Plano Diretor irá contar com ações específicas para cada distrito da cidade, através do plano de ação e investimentos. Como novidade a previsão do Instituto de Planejamento do Município, para acompanhar o andamento desses planos, do CONCIDADES, que seria o conselho dos conselhos, com função de planejamento e fiscalização do Plano Diretor, e as novas atribuições do CONDUMA, repensadas de acordo com a necessidade da cidade, como funções também de saneamento básico. Complementando os instrumentos novos, o Sistema Municipal de Informações e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, que prevê o recebimento de recursos vindos de outorga



onerosa e contrapartidas financeiras, e demais instrumentos da política pública. Foram apresentadas as alterações realizadas nas Leis de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, Lei do Perímetro Urbano, Lei de Condomínios, Lei da Outorga Onerosa, etc. Finalizada a apresentação técnica, após um intervalo de 10 minutos, Mirela indicou que as fichas de contribuição, com perguntas e sugestões, seriam lidas e poderia haver defesa ou explicação das mesmas por parte dos interessados. A primeira das doze perguntas foi feita por Marcos Antônio dos Santos, que perguntou quem realizará os serviços técnicos, se será a prefeitura ou uma empresa terceirizada por meio de edital. Mirela respondeu que os serviços técnicos do Plano Diretor foram elaborados pela empresa Vertrag, em conjunto com a equipe técnica municipal. João Marcos Cavalin Cuba, questionou sobre o zoneamento industrial I em região onde atualmente existem características rurais, e como ficariam as situações já consolidadas no município, e as permissibilidade previstas em zona rural. Foi dado como resposta que as permissibilidades em zona rural seguiram da lei de 2013, amplamente discutida pelo próprio CONDUMA, onde atividades comerciais e indústrias podem ser desenvolvidas quando possuem alguma relação com a produção rural, como a indústria alimentícia, de produtos artesanais, e serviços como oficinas e postos de combustíveis, necessários para a região. Angelo José Biasi, questiona como ficam as áreas urbanas que já pagam IPTU e estarão em áreas que passarão a ser rurais, uma vez que o perímetro urbano está sendo reduzido. Também questiona se essa mudança pode ser optativa, e se projetos em análise também permanecem dentro das regras antigas. Mirela respondeu que é preciso verificar com a procuradoria jurídica este questionamento, e também com o departamento de rendas imobiliárias para verificar como vai ocorrer essa transição. Apesar de haver áreas agregadas ao perímetro urbano que ainda tem características rurais, devem ser exceções. Vilmar Eduardo, questionou sobre o zoneamento da zona industrial do bairro Rivabem, em que não há nenhuma indústria no bairro, e por conta disso não consegue-se regularizar as residências. Os impostos são pagos como área residencial, porém no zoneamento consta industrial. Foi esclarecido que em levantamento com a equipe técnica, no novo plano passará a ser considerado ZIL, Zona de Interesse Logístico. Alguns terrenos do bairro Rivabem passam a ter parâmetros residenciais, no entanto, situações irregulares não serão regularizadas através do Plano Diretor, mas sim através de lei específica de regularização. Com o mesmo assunto, Naor Malaquias também perguntou sobre o zoneamento do bairro Rivabem e a regularização de terrenos com edificações consolidadas. Priscila Maroki pergunta sobre os parâmetros de ZOO, uma vez que só seriam permitidos condomínios sustentáveis, e como será feita a seleção e critério para o programa Minha Casa Minha Vida. Como resposta, Mirela diz que ZOO é justamente a área para inclusão de condomínios de grande porte, sendo que na tabela de parâmetros foi feita uma alteração para condomínios de pequeno e



médio porte sendo permissíveis, os quais deverão atender o lote mínimo da zona, que será de 750 m². Priscila também pondera sobre residências em série, e em relação a sua fração privativa, e com base em que se chegou nesta previsão de área mínima. Quais seriam os parâmetros para condomínios de interesse social e também por que a região do Itaquí está predominantemente em ZR1, onde só é permissível dois pavimentos. Mirela respondeu que a fração privativa para residências em série foi definido pela equipe técnica e Vertrag, como 150m² e 125m² somente para habitações de interesse social. Há no município uma lei sobre as áreas de interesse social, do programa Minha Casa Minha Vida, a qual será revisada por sugestão do CONDUMA, para definir quais serão os critérios dessas áreas. Seriam realmente dois pavimentos, de acordo com a tabela de parâmetros, e tem uma regulamentação específica pro ático, que até então a lei municipal não trazia. Em relação aos critérios para o programa de interesse social, Mirela indicou que este questionamento dependeria de uma informação específica do Departamento de Urbanismo, e que será respondido posteriormente via e-mail. Mário Boaron coloca que as últimas sugestões ainda não estão disponíveis para consulta pública, e pergunta quando isso vai estar disponível. Mirela responde que a última reunião de discussão do plano foi realizada na quinta-feira dia 24, mas que todo o processo é transparente, e que todas as reivindicações acordadas foram registradas e encaminhadas para o COMUDE e CONDUMA. Mirela indica que a versão final será disponível para consulta até dia sete de junho, quinta-feira, no site do Plano Diretor. Pedro Parolin Teixeira questiona se será eleita a segurança pública como uma das prioridades o município no Plano Diretor, visto a importância do tema no cenário atual do país. Mirela coloca que isso foi bastante discutido nas reuniões comunitárias, a questão da deficiência da segurança pública no território do município. Foi discutido e acordado, mas no plano de ação, nas prioridades do Plano Diretor, o Plano de Segurança Pública ele não foi citado. Foi uma solicitação de que o CONSEG fizesse parte do Conselho das Cidades, e que uma das prioridades do Plano de Ação e Investimento fosse o Plano Municipal de Segurança Pública. Essa questão ficou definida, e o CONSEG passará a fazer parte do CONCIDADES, e será incluído como uma meta do PAI a elaboração do Plano de Segurança Pública. Bruno Boaron faz uma solicitação para ampliação da Zona Industrial norte, ao lado direito da PR-510, sentido Bateias, com uma faixa de 500 metros. Também questiona como ficam as Zonas Industriais consolidadas. Mirela coloca que existe essa área bem pequena, a qual está fora da APA do Rio Verde e fora da APA do Aquífero Karst, e como a área está contínua junto com a área industrial, não vê como um problema a ampliação desta faixa industrial, somente como uma questão de alteração do mapa e do perímetro urbano também. As Zonas Industriais consolidadas, de acordo com o artigo oitavo da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação de Solo, que fala das áreas consolidadas, e das atividades industriais



que são toleradas em determinados zoneamentos. Em virtude da alteração de zoneamento, empresas que passam de Zonas Industriais para Zonas Residenciais, não seriam prejudicados por terem o direito adquirido de permanecer nessa área. Com uma pergunta parecida, Cesar Boaron gostaria de ter segurança no seu terreno, o qual ele comprou em área industrial e agora ficará como área rural, solicitou que sua área seja considerada como industrial consolidada. Mirela indicou mais uma vez que, conforme o artigo oitavo da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação de Solo, garante que essa área continue com a permissão de uso por uma indústria, por ser um direito adquirido. É indicado também, a possibilidade de ampliação de até 30% da área edificável. A dificuldade de tornar isso uma Zona Industrial Consolidada, é que teria que criar um zoneamento com essa nomenclatura e características. Esse questionamento será levado para mais discussões com a equipe técnica e possibilidade de ampliação da zona de interesse logística existente nas proximidades. Luana Colla, da Secretaria de Cultura, comenta sobre a Lei de Patrimônio Histórico e Cultural. Ela mencionou que o parágrafo que fala sobre inventário é muito raso, e perguntou se podia ser feita uma Lei mais específica somente para inventário. Em resposta, foi indicado que a Lei de Patrimônio Histórico e Cultural já foi apresentada em audiências anteriores e não houve nenhuma alteração, mas que a lei sozinha não tem nenhuma garantia sobre a preservação de patrimônio. Além disso, na lei de Potencial Construtivo e Outorga Onerosa está sendo previsto que a preservação possa ser usada como uma troca de potencial construtivo. Porém o que foi colocado na lei, foi o mínimo necessário para a preservação do patrimônio histórico da cidade. Finalizadas as contribuições, Juarez encerrou os questionamentos informando que as solicitações serão avaliadas, e a versão final do plano será disponibilizada para consulta, e posteriormente encaminhada à Procuradoria do Município para que realize os trâmites junto à Câmara Municipal para aprovação. Juarez agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Audiência Pública, da qual foi lavrada a presente Ata à qual foi anexada a Lista de Presenças. Campo Largo, 28 de maio de 2018.





5º AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 28/05/2018

[illegible]



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 28/05/2018



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	N.º DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENTIDADE	ASSINATURA
Lucas Haddad	haddadluciano@gmail.com	4.378.871-0	Vinício Real	[Signature]
Dr. Alexandre	alexandre@ig.com.br	9.230.102-3	ALEP	[Signature]
PAULINA GELB	PAULINA.GELB@GMAIL.COM	OPB/PR 82.552	CONSEG-CL	[Signature]
S. C. NELS	scnels@ig.com.br	5713-582	AEACL	[Signature]
V. T. Z. R. N. Z.	vtznz@ig.com.br	3015513-0	CEB	[Signature]
Dr. R. P. N. Z.	rpznz@ig.com.br	3525.728-6	Comunidade	[Signature]
DR. F. PETROCHI		533.600-0	FMCL	[Signature]
O. BOARON	maria@engrenagem.com.br	3.091.321-3	AEACL	[Signature]
JULIANO ROTTU	juliano@protonet.com.br	40988983PR	PROTO	[Signature]
DR. ADAD	Zaidad7@gmail.com	2059633-0	Se. M.	[Signature]
Dr. M. K. N. Z.	mkznz@ig.com.br	512.09703	CEB	[Signature]
DEL. BURKOVSKI	misael@engrenagem.com.br	581.412.009-68	AEACL	[Signature]

[Signature]



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 28/05/2018



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	N.º DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENTIDADE	ASSINATURA
do Kniehl	99966-3028	4.572.700-9		Adelino Kniehl
de Pombal	997880931	9913463-1		[Signature]
E G VIEIRA	99236246	14416218-PR		[Signature]
WIO F. SANT'ANA	996773975	3.161.982-3	AKSF-PR	[Signature]
Is KEIKUCHI UWABE	999656336	6.273.645-3		[Signature]
JS REINALDIA	981742172	5929741-4	ALFA	[Signature]
mar Zucora	98818-2026	1317134-MS		[Signature]
do L. WABER	991029007	4209608-7	ACICLA	[Signature]
da Maria Vidal	99232-9966	7563175-8	ACICLA/ROTARY	[Signature]
gente B.L. Lucio	99844-6505	5.970.826-0	ACICLA/ROTARY	[Signature]
mar Franco	99969-5838	8744261-0	CLARIM	[Signature]
do L. Pires	99510-2290	2066178	PR)	[Signature]

PLANO DIRETOR

[illegible]



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 28/05/2018



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	N.º DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENTIDADE	ASSINATURA
ALDO FOMES	aldofomes@conectabrazil.com.br	931141-9		
de Cordes	aldocordes@brasil.com.br	6432066-9	SIADIMON-CL	
BENICINZ	andrebencinz@gmail.com	8.183031-2	ACICLA	
EMIR ALZUBI	claudemir@asaengenharia.com.br	6418707-2	ACICLA	
JOV Oliveira	evertom056@yahoo.com	75144842	Camara	
João Gabriel de Faria	joaogabriel@lmsobras.com.br	0401123709	UAB	
JOEL ANDREASSA	joelandreassa@ig.com.br	3584287-0	UAB	
JOE G MATTEI MANZI	joemadmetteimatt@gmail.com	1122984-0		
JOSE V. M. Lages	jozemelages@gmail.com	7.796.532-0	SOC. CIVIL	
CEZAR BOAROV	CEZAR@EMBRASAT.COM.BR	3.153.287-6	EMBRASAT	
JOY SPARK	joy@lomas.com.br	7941199-4	ACICLA	



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR
Lista de Presença - 28/05/2018



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	N.º DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENTIDADE	ASSINATURA
ROSA A. ANDRAUSSA	33995209	440257-3	ACICLA	
DE L. SILVA	ADRIANA BORGES GEMELLI	004766939-0	ACICLA	
EDUARDO LACERDA	001 181 23103	112135-3	ACICLA	
DR. G. G. G. G.	3393-1330	13953806	Sociedade Civil	
AND TOPPEL	3392 4544	6.483714-1	ACICLA	
ELIO C. TEIXEIRA	99196-8886	19.107.061-0	AEACL	
DR. J. F. F.	998390971	119070989-83		
DR. J. G. G. G.	99622-6488	6.048.600-7		
DR. M. M. M.	999811988	4409643-3	AEACL	
DR. B. B. B.	996810144	155564014PR	Costumeiro	
DR. J. B. B.	99911-9025	RG 1220969-0 PR	Costumeiro	
DR. J. C. C.	9 8426-1309	6.615.080-1	Câmara	



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR

Lista de Presença - 28/05/2018



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	N.º DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENTIDADE	ASSINATURA
Antonio dos Santos		7294 375 9	PN ASSOCREP	
Antonio dos Santos	antoniodossantos79@hotmail.com	0588 229-5	BOGRAFA	
André Brito	99861-0965	7965 1322	CNEC Campos Largo	
W. G. Zago	0049.gladiszago@cneec.br	3.246.321	CNEC Campos Largo	
Guilherme Brito	dg.brito22@gmail.com	6 331.440-4	Rotary Clube	
Leith Winkeski		1.148.488-7	Pref. M.	
S. P. CARVALHO	justinsp@hotmail.com	809007415.8	SM DO MA	
re C. Novak	emilenevovka@gmail.com	6.431.884-2	Escola SACCA	
M. ZANLORENSI	andremz22@hotmail.com	8078660.3	IBATISA JUVENS	
A. Batista	Ad.Batista28@hotmail.com	9093652.2	Conselho Cultural	
São Bento	FLAVIO BARSTOCK@gmail.com	86210894	CAMARA	
João Paulo	hauthes@outlook.com	1.7775 85-5	Sin. Rural	



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR

Lista de Presença - 28/05/2018



NOME	E-MAIL ou TELEFONE	N.º DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENTIDADE	ASSINATURA
R. Gato	499273515	5434106-3	Pública	[Assinatura]
D. F. F. F.	23411-5542	9902 345-5		[Assinatura]
Min. de Justiça	98803.0453	4264301-3	ACICLA	[Assinatura]
Min. de Justiça	99911-4267	10.490 458-6		[Assinatura]
Min. de Justiça	99122226	2897777-7	Pública	[Assinatura]
Min. de Justiça	99554 98412	3426 012-5	ACICLA	[Assinatura]
Min. de Justiça	9.9050-4776	6527.651-0	ZA	[Assinatura]
Min. de Justiça	99181 2218	9.837.482-4	autônomo/civil	[Assinatura]
Min. de Justiça	99274-6661	971726 4	Pública/Interv.	[Assinatura]
Min. de Justiça	995165691	1004035685	Min. de Justiça	[Assinatura]
Min. de Justiça	98526648	5063396-0	Pública/Interv.	[Assinatura]
Min. de Justiça	99958 3276	8092.652 3	Comun. T. B. B. B.	[Assinatura]

2)